Poder político e capitalismo

Autor(es): Comparato, Fábio Konder

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39837>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_30

Accessed : 26-Apr-2023 16:24:36

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo I

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

PODER POLÍTICO E CAPITALISMO

Ninguém mais nega que o poder é o elemento fundamental das organizações sociais, em todos os níveis. É ele, com efeito, que estrutura as instituições e modela a mentalidade coletiva; vale dizer, o conjunto dos valores, sentimentos, opiniões e crenças, dominantes na sociedade. A função social do poder, como bem salientou Bertrand RUSSEL, pode ser comparada à da energia no campo das ciências físicas¹.

Durante milênios, em todas as civilizações, a legitimidade do poder político fundou-se na tradição religiosa. A partir, porém, do nascimento da civilização capitalista na Baixa Idade Média europeia, como procurei mostrar em obra recente², a religião cedeu lugar, paulatinamente, à ética materialista da busca racional do interesse econômico próprio, tanto de indivíduos quanto de grupos sociais. O capitalismo, que veio a tornar-se a primeira civilização mundial da História, desde cedo soube adaptar-se a qualquer espécie de religião, e acabou por sobrepor-se a todas elas.

Se quisermos, portanto, compreender na totalidade de suas dimensões a atual crise do capitalismo, a qual vem sendo denunciada sem cessar pelo eminente Professor Avelãs

¹ Cf. sua obra *Power — A New Social Analysis*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 5.^a reimpressão, 1948, p. 10.

² *A Civilização Capitalista — Para compreender o mundo em que vivemos*, São Paulo (Editora Saraiva), 2013.

Nunes ³, é indispensável analisar os elementos componentes e as características básicas do poder que o estrutura. E se tentarmos atuar lucidamente para favorecer o advento de uma nova civilização de essência humanista, não podemos deixar de reconhecer que ela exigirá a composição de uma nova espécie de poder, capaz de organizá-la com base no princípio supremo da dignidade da pessoa humana.

É o objeto desta brevíssima exposição.

Começamos, antes de mais nada, por fixar alguns pontos básicos, concernentes à relação de poder político, a qual estrutura o conjunto das relações sociais.

Não se trata de retomar a análise weberiana dos elementos componentes da relação de poder em sua generalidade; ou seja, de um lado a possibilidade de impor a própria vontade a sujeitos determinados, e de outro lado a concordância em obedecer; isto é, o que WEBER chamou de *interesse* na obediência ⁴.

O que importa é analisar as grandes questões de ordem ética, envolvidas na relação de poder político. Elas correspondem, essencialmente, às três indagações fundamentais que podemos fazer nessa matéria, a saber: 1) a quem deve ser reconhecida a titularidade do poder político supremo ou soberania; 2) com que finalidade deve esta ser exercida; 3) como controlar o exercício do poder em todos os níveis, a fim de evitar os abusos.

Consideremos, pois, tais questões, sucessivamente no âmbito da civilização capitalista e no seio da futura civilização humanista, destinada a superá-la.

³ Veja-se, a propósito, o seu livro *A Crise do Capitalismo: capitalismo, neoliberalismo, globalização*, 5.^a ed. revista, Página a Página, Lisboa, 2013.

⁴ Cf. *Wirtschaft und Gesellschaft — Grundriss der verstehende Soziologie*, 5.^a ed., revista, Tübingen (J.C.B. Mohr), 1985, pp. 28, 541 e ss.

I. O Poder Político na Civilização Capitalista

O espírito do capitalismo

Todas as civilizações são animadas por uma mentalidade coletiva, composta de determinados valores e uma visão de mundo. Na civilização capitalista, esse espírito — para utilizarmos o conceito de Max WEBER — ⁵ apresenta, como traços fundamentais interconectados, a busca do próprio interesse material enquanto finalidade última da vida, o individualismo e a predominância da vida privada sobre a pública.

Desde o nascimento da civilização capitalista, o princípio ético supremo passou a ser a busca racional, por cada indivíduo, do próprio interesse material, sem a menor preocupação com o bem comum.

A justificação teórica dessa nova mentalidade veio a ser dada na Europa, no curso do século XVIII, por Bernard Mandeville (1670-1733) e Adam Smith (1723-1790). Foram eles os primeiros a sustentar a tese, muito cara ao espírito capitalista, de que a atividade econômica nada tem a ver com os preceitos éticos e as leis que regem os demais setores da vida social.

Para MANDEVILLE, é completa a separação entre ética e economia. Assim como Maquiavel julgou que o fato de se sobrepor em política “*quello che si fa per quello che si doverrebbe fare*” conduz à ruína do Estado ⁶, assim também Mandeville entendeu que a vida econômica rege-se pelas leis da natureza e não por princípios ideais, os quais, quando transformados

⁵ *Die protestantische Ethik und der Geist der Kapitalismus*, cuja edição original data de 1904-1905.

⁶ *O Príncipe*, Capítulo XV.

em política econômica, engendram a pobreza e não a riqueza das nações. Para ele, o ser humano nada mais é do que um conjunto de paixões, as mais variadas, a dirigirem o nosso comportamento de modo inelutável⁷. Compete à razão analisá-las, para melhor compreender seu mecanismo intrínseco.

Na mesma linha de pensamento, Adam SMITH elaborou a famosa metáfora da “mão invisível”, segundo a qual a procura racional dos múltiplos interesses individuais conduz, de modo automático, à realização do bem comum⁸. Em passagem famosa de *A riqueza das nações*, ele sustentou que é indispensável mostrar, aos que possuem bens disponíveis, ser do seu interesse pessoal entrar numa relação de troca com outrem; que eles ganharão mais com isso, do que se se recusarem a negociar. Em termos concretos:

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter o nosso jantar, mas da atenção que eles dispensam ao seu próprio interesse. Nós apelamos não ao seu sentimento humanitário, mas ao seu egoísmo, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas dos seus próprios proveitos”⁹.

⁷ “One of the greatest Reasons why so few People understand themselves, is, that most Writers are always teaching Men what they should be, and hardly ever trouble their Heads with telling them what they really are. As for my Part, without any Complement to the Courteous Reader, or my self, I believe Man (besides Skin, Flesh, Bones, &c that are obvious to the Eye) to be a compount of various Passions, that all of them, as they are provoked and come uppermost, govern him by turns, whether he will or no” (*The Fable of the Bees*, Indianapolis: Liberty Classics: prefácio).

⁸ *The Theory of Moral Sentiments*, New York, Prometheus Books, Amherst, 2000, pp. 263 e ss.

⁹ Livro I, Capítulo II.

Quanto ao individualismo radical, próprio do espírito capitalista, ele diz respeito, substancialmente, à proteção jurídica da livre iniciativa empresarial. Ora, essa reivindicação implica a separação entre Estado e sociedade civil (entendida esta, no sentido hegeliano-marxista, como a esfera da vida privada), com a proibição de aquele interferir na vida desta; o que implica, aqui também, a submissão do bem comum de todos aos interesses próprios da minoria formada pelos donos do capital.

Na verdade, o primeiro grande defensor teórico da supremacia do interesse privado sobre a vida pública foi Thomas HOBBS.

Para ele, as noções de justiça e injustiça estão intimamente ligadas, não à existência de uma *polis* organizada, mas ao desenvolvimento da vida mercantil. A ideia aristotélica de que, ao lado de uma justiça comutativa, de pura igualdade de prestações, houvesse uma justiça pública distributiva, em que os bens sociais seriam atribuídos de modo desigual, conforme as carências e abundâncias de cada um ¹⁰, é simplesmente absurda.

“Como se houvesse Injustiça em vender mais caro do que se compra; ou em dar a um homem mais do que ele merece. O valor de todas as coisas que contratamos é medido pelo Desejo dos Contratantes; portanto, o justo valor é o que eles concordam em pagar”¹¹.

Esses traços fundamentais do espírito capitalista moldaram um novo poder político, bem diverso do que existiu no mundo antigo: um poder dúplice, cuja realidade de perma-

¹⁰ Cf. *Ética a Nicômaco* 1131b, 28; 1130b, 30 e ss.

¹¹ *Leviatã*, Primeira Parte, Capítulo XV.

nente dominação econômica é sempre encoberta pela aparência de estrita conformidade com a ordem pública.

A máscara do poder oficial a encobrir o poder real¹²

Desde a filosofia grega, os regimes políticos classificam-se em três espécies, conforme o número de titulares do poder supremo: a monarquia, ou soberania de um só (*monos*); a oligarquia, ou soberania de poucos (*oligoí*); e a democracia, ou soberania do povo (*demos*).

No tocante à diferença entre oligarquia e democracia, Aristóteles insistiu na necessidade de se analisar a realidade “com método filosófico” (*methodos philosophounti*); o que significa, segundo a lição por ele recolhida de seu mestre Platão, buscar a essência das coisas, sem se contentar com seu simples aspecto prático; ou seja, não se satisfazendo com a mera aparência. A oligarquia, observou ARISTÓTELES, ao contrário do que o sentido literal da palavra insinua, não é propriamente o regime político em que a soberania pertence a poucos, mas sim aquele em que os titulares do poder supremo formam a classe rica (“os que têm riqueza”, *oi tas oussias ekhontes*); ao passo que, na democracia, soberana é a classe dos pobres (*aporoí*), ou, segundo uma fórmula eufêmica, dos que “não possuem muitos bens” (*oi me kektenenoi plethos oussias*)¹³. Contra esses dois extremos, o filósofo defendeu o regime de atribuição do poder supremo à classe média.

¹² Cf. o livro do Professor Avelãs Nunes, *O Estado Capitalista e as suas Máscaras*, Edições Avante, 2013.

¹³ *Idem*, 1279 b, 11 e SS. No mesmo sentido, sempre na *Política*, 1281 a, 12-19; 1289 b, 29-32; 1290 a, 30; 1290 b, 20; 1291 b, 2-13; 1296 a, 22-32; 1296 b, 24-34; 1315 a, 31-33; 1317 b, 2-10; 1318 a, 31-32.

Durante todo o período do Antigo Regime, instaurado na Europa ao final da Idade Média, embora mantida a tradicional divisão indo-europeia da sociedade em três estamentos — o clero, a nobreza e o povo —, a soberania pertenceu inequivocamente ao rei.

Com o deflagrar, porém, da Revolução Francesa, a culminar com o julgamento e a decapitação de Luís XVI, pôs-se desde logo o problema de se encontrar outro titular da soberania, em substituição ao monarca. Dos três estamentos que compunham oficialmente a sociedade francesa, o clero e a nobreza não tinham, naquele momento histórico, a menor legitimidade para reivindicar para si a soberania, porque haviam apoiado o rei deposto, além de continuarem apegados a privilégios que oprimiam o povo humilde e restringiam a liberdade econômica dos burgueses.

Restava, pois, aquele que, à míngua de denominação mais precisa, era chamado “o terceiro estamento” (*le Tiers État*), e cuja identidade social padecia de grande imprecisão. Com efeito, compunham-no todos os que, excluídos da nobreza e do clero, não gozavam dos privilégios ligados a essas duas ordens superiores. O *Tiers État* era, na verdade, um aglomerado social heterogêneo, formado, de um lado, pela classe burguesa: vale dizer, pelo conjunto dos comerciantes de todos os ramos, os profissionais liberais e os proprietários urbanos que viviam de renda ou de juros (*rentiers* e *capitalistes*)¹⁴. Era formado, ademais, pelo enorme grupo social restante, geralmente designado como o povo (*le peuple*), isto é, a massa dos não-proprietários, dos pequenos artesãos, empregados domésticos, operários e camponeses¹⁵. Entre

¹⁴ No final do século XVIII, o termo *capitaliste* tinha um sentido pejorativo, designando o usurário.

¹⁵ No verbete *peuple*, da *Encyclopédie*, cujo volume foi publicado em 1766, Louis de Jaucourt começa dizendo que se trata de um “nome coletivo de difícil definição, porque dele são formadas ideias diferentes

esses dois grupos de componentes do *Tiers État*, como os sucessos imediatamente posteriores vieram demonstrar de modo dramático, a separação de corpo e espírito era completa. Em suma, era impossível, naquele momento histórico, atribuir-se a soberania política ao povo.

Na verdade, a questão de se saber quem deveria ser reconhecido como o novo soberano dos franceses pôs-se, de modo indireto, desde as primeiras sessões da assembleia dos *États Généraux du Royaume*, convocada por Luís XVI.

Seus trabalhos abriram-se solenemente em Versalhes, em 5 de maio de 1789. No dia 10 de junho, os deputados do *Tiers Etat*, que já haviam conseguido, por decisão do Conselho do rei, duplicar o número de seus componentes, relativamente aos representantes dos dois outros estamentos, passaram a exigir que as votações se fizessem por cabeça e não por voto coletivo de cada ordem ou estamento. Em sinal de protesto, os clérigos e nobres, com mínimas exceções individuais, abandonaram a assembleia, que ficou assim inteiramente nas mãos do *Tiers Etat*. Como denominar então o conjunto dos deputados que permaneceram em funções, os quais já não podiam se intitular corretamente representantes dos *États Généraux du Royaume*?

nos diversos lugares e tempos, segundo a natureza dos governos”. “Outrora”, informou, “o povo era o estamento geral da nação, simplesmente oposto ao dos grandes e nobres. Ele compreendia os lavradores, os operários, os artesãos, os negociantes, os financistas, os literatos e os profissionais do direito (*les gens de lois*).” De Jaucourt entendia, porém, que estes últimos profissionais já se haviam destacado da “massa do povo”, que compreendia doravante tão só os operários e lavradores (*les ouvriers et les laboureurs*). Esse resto, afinal, não era minoritário nem desprezível no conjunto da população, pois de Jaucourt entendia que “os homens que compõem o que denominamos *povo* (...) formam a parte mais numerosa e mais necessária da nação”.

Na sessão de 15 de junho, Mirabeau sugeriu a adoção da fórmula “assembleia dos representantes do povo francês”, explicando que a palavra *povo* era elástica e podia significar muito ou pouco, conforme as necessidades ou conveniências. Foi justamente essa ambigüidade semântica que provocou a censura da proposta de Mirabeau, desde logo feita por dois juristas eminentes, Target e Thouret, bons conhecedores do direito romano. Em que sentido dever-se-ia tomar a palavra *povo*: como *plebs*, ou como *populus*?¹⁶ Era claro que, em se aceitando o primeiro significado, haveria a instauração de uma autêntica democracia; ou seja, o povo, vale dizer, o conjunto dos cidadãos — neles incluídos os não-proprietários, que compunham a esmagadora maioria — passaria a exercer uma cidadania ativa, votando as leis e julgando os governantes.

A solução do problema veio de Sieyès, com base nas idéias políticas publicadas pouco antes, em obra que o tornou célebre — *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* Os deputados passariam a reunir-se em uma assembléia nacional.

A classe burguesa resolvia assim, elegantemente, a delicadíssima questão da transferência da soberania política. Em lugar do monarca, que deixava o palco, entrava em cena uma nova entidade, a nação, dotada de conotações quase sagradas, que não podiam ser contestadas abertamente pela nobreza e o clero, sob pena de sofrerem a acusação de antipatriotismo. Essa entidade pairava acima do povo, onde predominava a força numérica dos não-proprietários.

¹⁶ O *populus romanus* compreendia oficialmente dois estamentos: o dominante, formado pelos patrícios, teoricamente descendentes dos fundadores de Roma, e o estamento inferior dos plebeus. Os poderes políticos do *populus* sempre foram muito mais reduzidos do que os que a constituição ateniense atribuía ao *demos*.

A grande vantagem prática da fórmula encontrada pelos deputados do *Tiers État* foi que o novo soberano, pela sua própria natureza, era incapaz de exercer pessoalmente o poder político. Com efeito, a nação existe politicamente como referência simbólica; o que significa que ela só pode atuar, contrariamente ao que ocorre com o povo, por meio de representantes. “O princípio de toda soberania”, proclamou o art. 3.º da Declaração de 1789, “reside essencialmente na Nação. Nenhuma corporação e nenhum indivíduo podem exercer autoridade alguma que dela não emane expressamente”. E a Constituição promulgada em 1791, afastando todas as veleidades de um fracionamento individual da soberania, dispôs com clareza cortante: “A Nação, de quem unicamente emanam todos os Poderes, não pode exercê-los senão por delegação. — A Constituição francesa é representativa” (título III, art. 2.º).

De acordo com o estilo de permanente dissimulação, que representa a marca registrada da prática capitalista, proclamou-se doravante que o único regime político legítimo seria o representativo. Ou seja, a Nação (com maiúscula) exerceria seu poder soberano por meio de representantes, e esse poder supremo seria expresso em leis, por eles votadas. Utilizando ardilosamente a fórmula célebre de Rousseau, o art. 6 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, proclamou que “a lei é a expressão da vontade geral”. Mas essa decantada “vontade geral”, que no pensamento do grande genebrino significava um princípio ético supremo, tornou-se, na triste realidade política, a mera vontade dos integrantes da classe burguesa.

Os intelectuais orgânicos do capitalismo (para usar a expressão famosa de Gramsci) desconsideraram assim o fato de que a soberania, como bem advertira Rousseau, não pode ser objeto de empréstimo nem de representa-

ção. Ou o seu titular a exerce diretamente, ou a cede a outrem¹⁷.

Como caracterizar então esse novo regime político? É óbvio que das três espécies componentes da classificação tradicional, estavam excluídas a monarquia e a oligarquia. A primeira pelo repúdio revolucionário irrompido na América do Norte e na Europa; e a segunda pelo fato de a oligarquia significar, tradicionalmente, a soberania dos mais ricos, o que a classe burguesa sempre desejou esconder a todo custo. Restava, pois, a democracia; mas nem essa podia, a bem dizer, ser invocada na França revolucionária, pois o poder supremo passara a pertencer oficialmente à nação e não ao povo.

De qualquer maneira, criou-se, destarte, um regime político de dupla soberania: de um lado a oficial, atribuída ao povo (segundo a Constituição dos Estados Unidos), ou à nação (segundo as proclamações francesas); de outro lado, sempre embuçada aos olhares externos, a soberania real ou efetiva, possuída pela minoria dos potentados privados.

O grande paradoxo histórico foi que em pleno século XX o inimigo mortal do capitalismo adotou esquema semelhante de dúplice soberania. Nas chamadas “democracias populares” dos Estados comunistas, o proclamado poder incontestável da classe operária mal encobria a ditadura efetiva, exercida pelo secretário-geral do Partido.

De qualquer forma, o esquema de “democracia representativa”, largamente adotado nos países ocidentais, implicava a existência, entre o povo e a classe dos potentados privados, do grupo dos agentes políticos, os quais, embora oficialmente

¹⁷ «Je dis donc que la souveraineté n'étant que l'exercice de la volonté générale ne peut jamais s'aliéner, et que le souverain, qui n'est qu'un être collectif, ne peut être représenté que par lui-même; le pouvoir peut bien se transmettre, mais non pas la volonté» (Du Contrat Social, livro II, capítulo I).

mandatários do povo, sempre exerceram esse poder representativo em causa própria. Na realidade, posto o povo de lado, estabeleceu-se entre os oligarcas capitalistas e o grupo dos agentes políticos uma relação de estreita interdependência. Como os oligarcas não exercem funções oficiais no Estado, eles dependem, para a proteção de seus interesses de classe, da manifestação de vontade dos agentes políticos. Estes, por sua vez, para permanecerem no exercício oficial do poder, necessitam do apoio constante dos oligarcas.

Tal sistema funcionou à perfeição no início, mas começou, a partir do final do século XIX, a sofrer uma séria perturbação, quando os trabalhadores assalariados, sobretudo nos setores-chave de produção energética — carvão e petróleo — organizaram-se em sindicatos e passaram, por meio de greves, a exigir não só o reconhecimento de seus direitos básicos, mas também um regime de cidadania efetiva no campo político¹⁸.

Para corrigir esse “desvio”, o grande empresariado resolveu assumir o controle dos meios de comunicação de massa — imprensa, rádio e televisão —, todos eles em seguida conectados à internet. Ou seja, com o advento da sociedade de massas, o capitalismo decidiu sabiamente acrescentar ao seu poder econômico incontestável a titularidade de um novo poder, agora de natureza ideológica.

O surgimento de um novo despotismo

Sucedeu, porém, que o ocultamento do poder efetivo, por trás da soberania oficial do direito positivo, sofreu sério abalo com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. As

¹⁸ Cf., sobre esse ponto, a excelente monografia de Timothy Mitchell, *Carbon Democracy — Political Power in the Age of Oil*, Londres e Nova York (Verso), 2011.

ideias liberais foram então abandonadas, e as classes médias aderiram em número crescente aos movimentos de extrema direita, os quais passaram a pregar abertamente a reinstauração de um regime de soberania absoluta, não mais monárquico, mas ditatorial.

O grande teórico dessa súbita mudança de rumo político foi Carl Schmitt que, como se sabe, aderiu de corpo e alma ao nacional-socialismo hitlerista, e compareceu como réu perante o Tribunal Internacional de Nuremberg após a Segunda Guerra Mundial.

Seis anos antes de publicar a sua *Teoria da Constituição*, ou seja, em 1922, ele deu à luz um pequeno livro de ensaios, com o título bizarro *Teologia Política: Quatro Capítulos sobre a Doutrina da Soberania*¹⁹. O primeiro ensaio dessa coletânea (*Definição da Soberania*) abre-se *ex abrupto* com a afirmação de que “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. Segundo ele, o chamado Estado de Direito não implicaria minimamente uma limitação da soberania, pois é sempre o titular dela quem decide, em última instância, sobre o que deve ou não ser respeitado como direito. O soberano situar-se-ia, assim, acima do Estado, pois é ele que atribui à organização estatal aquele monopólio da coerção a que se referiu Max Weber. Em suma, soberano é tão-só quem possui e faz valer a única coisa que conta, afinal, na esfera política: a decisão em última instância²⁰.

¹⁹ *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*, obra editada, como todas as outras da sua autoria, por Duncker & Humboldt, em Berlim.

²⁰ O Professor Gilberto Bercovici examinou com proficiência esse aspecto da maior importância do pensamento de Carl Schmitt, em sua obra *Constituição e Estado de Exceção Permanente — Atualidade de Weimar*, azougue editorial, 2004.

Escusa dizer que os defensores, explícitos ou não, do capitalismo jamais admitiram abertamente essa concepção do poder político, posto a tenham aceito de modo integral nos momentos críticos ²¹. Assim é que, deflagrada em 2008 a grande crise econômico-financeira mundial, alguns Estados europeus, entre eles Portugal, tornaram-se insolventes. Para superar o grave déficit orçamentário (causado, sobretudo, pelo abuso de empréstimos bancários, tomados pelos órgãos públicos com juros vinculados a taxas variáveis do mercado), os governos, obviamente sem consultar o povo dito soberano, resolveram atuar como se tivesse sido oficialmente decretado o estado de exceção. Ao invés de declararem a moratória das dívidas públicas abusivamente contraídas com instituições financeiras privadas, passaram a desrespeitar direitos fundamentais dos trabalhadores e dos agentes públicos, a fim de “fazer economias” ²². Contaram, para tanto, com a aprovação de notáveis juristas e o julgamento sancionatório do Poder Judiciário; tudo em nome “da saúde pública, da necessidade pública e da felicidade pública”. Escusa dizer que, segundo o velho costume capitalista, o adjetivo assim reiteradamente empregado padecia de clara deformação semântica. Ele não se referia minimamente ao bem comum do povo, segundo a

²¹ Lembre-se que o desenvolvimento do regime hitlerista fez-se sob a égide do art. 48 da Constituição de Weimar, o qual atribuía ao Presidente do Reich o poder de decretar “medidas necessárias” (*nötigen Massnahmen*), se necessário com o concurso das Forças Armadas, em caso de perturbação da “ordem e da segurança públicas”.

²² Vale a pena recordar, a esse respeito, a saborosa crônica de Eça de Queiroz sobre a criação do partido reformista em Portugal, publicada nas *Farpas* de Ramalho Ortigão em maio de 1871. Na entrevista coletiva de apresentação do partido, o seu representante, à guisa de resposta a qualquer pergunta que lhe fosse feita, simplesmente vociferava: — Economias!

consagrada tradição romana — *res publica, res populi*²³ — mas sim ao interesse próprio dos credores privados²⁴.

Os nefastos resultados dessa falsidade ideológica não se fizeram esperar. Segundo dados divulgados em novembro de 2013 pela Organização Internacional do Trabalho, após a aplicação das medidas de “austeridade econômica” pelo governo português, os 10% mais ricos da população passaram a acumular 38% da riqueza nacional — cifra jamais alcançada no passado —, enquanto a proporção de famílias à beira da pobreza absoluta elevou-se de 15% em 2009 a 19% dois anos depois. Quanto ao percentual de trabalhadores remunerados com o salário mínimo, ele mais do que dobrou desde 2007, passando de 5,5% do total de trabalhadores a 12,7%.

Eis a realidade nua e crua da “felicidade pública” produzida pelas medidas de exceção do governo português, diante da crise do capitalismo global.

Na verdade, bem antes de Carl SCHMITT, ou seja, na primeira metade do século XIX, Alexis de Tocqueville, em suas reflexões sobre a democracia norte-americana, imaginara a possibilidade de surgir no cenário político mundial uma nova forma de despotismo:²⁵

“Ao que parece, se o despotismo vier a se estabelecer nas nações democráticas dos nossos dias, ele terá características diversas [do despotismo antigo]: ele será mais extenso e mais ameno, e degradará os homens sem os atormentar.”

²³ Cícero, *De re publica*, XXV-39.

²⁴ Cf., sobre esse fato lamentável as observações do Professor Avelãs Nunes em *A Crise do Capitalismo*, cit., pp. 245 e ss.

²⁵ *De la Démocratie en Amérique*, tomo II, Quarta Parte, capítulo VI.

Para o grande pensador francês, que jamais teve o capitalismo em mente, esse novo regime de servidão

“poderia combinar-se, melhor do que se imagina, com algumas formas exteriores de liberdade, e não seria impossível que ele se estabelecesse até mesmo à sombra da soberania do povo”.

Foi efetivamente o que veio a suceder em pouco tempo, mundo afora.

Na verdade, a civilização capitalista não falseou apenas o princípio democrático, mas também o da república e o do Estado de Direito.

O falseamento do princípio republicano e do Estado de Direito

O regime republicano, em sua essência, consiste na supremacia incontestável do bem comum do povo, ou seja, aquilo que os romanos denominavam precisamente *res publica*, em relação a todo e qualquer interesse privado. Temos, assim, que à oposição entre público e privado corresponde, logicamente, o contraste entre o que é comum e o que é próprio; ou seja, entre a comunidade e a propriedade. O nominativo *proprium*, em latim, foi reconstruído a partir da locução *pro privo*, que significava “a título particular”²⁶.

Ora, um dos traços fundamentais do espírito capitalista é exatamente o contrário: o interesse próprio dos empresários passa sempre à frente do bem comum do povo, vale dizer, da coletividade como um todo.

²⁶ Cf. A. Ernout e A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 3. ed., Paris: Librairie C Klincksieck, 1951, p. 955.

A fantasia imaginada por Adam Smith e seus seguidores de que, se cada um cuidar racionalmente do seu próprio interesse, o interesse geral será atendido, em razão da “mão invisível” que dirige as ações humanas, foi tragicamente desmentida pela realidade histórica. Nunca, em momento algum da evolução da humanidade, criou-se tão profunda desigualdade entre ricos e pobres quanto nos tempos de dominação capitalista ²⁷. E essa desigualdade anti-republicana representa, escusa dizer, um formidável obstáculo à instauração de um verdadeiro regime democrático. Entre a grande maioria pobre e a minoria opulenta, a formação de um espírito comunitário torna-se praticamente impossível.

Vejamos agora a natural aversão do capitalismo ao princípio do Estado de Direito.

A expressão *Rechtsstaat*, cunhada pelos doutrinadores de direito público do Império Alemão em fins do século XIX, designa a organização política na qual todo poder, público ou privado, é limitado e controlado por normas jurídicas gerais, não sendo submetido à vontade ou ao interesse particular dos que detêm o poder. Designa, também, a organização jurídica em que a todo poder corresponde uma responsabilidade equivalente (*keine Herrschaft ohne Haftung*).

Originalmente, o capitalismo não dispunha, e por muito tempo continuou a não dispor, de poder algum propriamente jurídico, mas apenas de um poder *de facto*. Ao contrário deste último, o poder jurídico implica a contrapartida do dever de obediência do sujeito passivo. E isto se explica, logicamente, porque o titular de um poder jurídico deve sempre exercê-lo, não em seu próprio interesse e benefício, mas em prol de outrem. O poder jurídico tem uma finali-

²⁷ Segundo o *Crédit Suisse 2013 Wealth Report*, atualmente 0,7% da população mundial detém 41% da riqueza global.

dade ou função altruísta, que lhe é intrínseca. Não assim o poder *de facto*.

Ora, a dominação que a burguesia principiou a exercer na sociedade medieval não era reconhecida pelo Direito. Tanto mais que a riqueza dos primitivos burgueses fundava-se, não na terra — base do direito feudal —, mas no dinheiro e outros bens móveis. Por isso mesmo, esse poder econômico, desde as origens, não visava à realização do bem comum, mas unicamente à satisfação do interesse próprio dos seus titulares.

Objetivando, pois, a realização exclusiva do interesse próprio do sujeito ativo, o poder econômico capitalista, como é lógico, não conhecia, de início, deveres positivos correspondentes. O único dever do empresário capitalista era o de respeitar o princípio geral de não lesar ninguém (*neminem laedere*, segundo a fórmula consagrada no direito romano).

Mas, como sucedeu no evoluer histórico de todas as sociedades, para que tal dever geral fosse respeitado, a autoridade política teve que baixar proibições específicas, combinadas com as correspondentes sanções, civis e penais. Criou-se, assim, todo um conjunto de normas de proteção dos trabalhadores assalariados nas empresas, o que acabou dando origem a um ramo jurídico autônomo: o direito do trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, foram também criados um sistema próprio de proteção dos consumidores e outro do meio ambiente.

Acontece, porém, que o poder capitalista, nascido fora do Direito, e a ele submetido constrangidamente, procura sempre voltar às suas origens, levantando as peias jurídicas criadas no curso histórico para limitar sua atuação. Essa tentativa de retorno ao ponto de partida foi exacerbada no último quartel do século XX quando, havendo o capitalismo se consolidado como civilização mundial, seus líderes julga-

ram-se em condições de lançar, nos quatro cantos do planeta, a palavra de ordem da abolição das regulamentações administrativas.

Hoje, já se sabe que a grande recessão mundial iniciada em 2008 teve como principal causa a desregulamentação da atividade financeira e especulativa, iniciada nos Estados Unidos e rapidamente expandida ao mundo todo. Os Poderes Públicos, submissos à dominação capitalista, ignoraram a grande verdade, proclamada por Lacordaire na França em meados do século XIX: entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, entre o senhor e o servo, é a liberdade que oprime e a lei que liberta.

Já no concernente ao princípio específico, segundo o qual a todo poder corresponde uma responsabilidade equivalente, o sistema capitalista logrou eludi-lo de modo quase completo.

A civilização capitalista consolidou-se no mundo todo com o surgimento da sociedade de massas, que engendrou uma profunda despersonalização da vida humana. Estabeleceu-se com isso uma generalizada crise de responsabilidade, como bem assinalou Hans Jonas, em celebrado ensaio²⁸. Nas macroempresas capitalistas, ninguém sabe, a rigor, quem são as pessoas que detêm o poder de controle em última instância, pois as múltiplas participações de capital — diretas, indiretas ou cruzadas — constituem um emaranhado inextricável, ou cadeia sem fim. Nessas condições, a ligação direta da responsabilidade pessoal com o exercício do poder, como impõe o princípio do Estado de Direito, desaparece por completo.

Vejamos agora, em seus elementos centrais, como deverá ser a organização do poder político em uma civilização humanista.

²⁸ *Das Prinzip Verantwortung*, Suhrkamp, 1984.

II. O Poder Político Respeitador da Dignidade Humana

O espírito de uma civilização humanista

Ele terá como fulcro o princípio de que o ser humano, pela sua própria natureza, não é um ente isolado, mas essencialmente comunitário e integrante da biosfera. A verdadeira *polis*, como advertiu Aristóteles logo na abertura do seu tratado sobre a política²⁹, é uma *comunidade* (*koinonia*).

Na civilização humanista do futuro, por conseguinte, os indivíduos e os grupos sociais não haverão de separar-se, buscando cada qual a realização de seus próprios interesses, como sucede na civilização capitalista. Todos eles, ao contrário, formarão em conjunto aquela “sociedade comum do gênero humano”, anunciada por Cícero há mais de vinte séculos³⁰.

Ao mesmo tempo, a humanidade tomará consciência de que a biosfera acha-se gravemente comprometida pelos malefícios sistemáticos provocados a partir da Revolução Industrial; e que a preservação do equilíbrio ecológico é a primeira condição para a sobrevivência da humanidade na face da Terra.

É esse espírito comunitário que deverá constituir o núcleo da mentalidade coletiva e do sistema ético da futura civilização mundial humanista. Escusa dizer que a formação dessa nova consciência ética no seio dos povos exigirá um esforço sistemático e prolongado de educação. Do seu adequado desempenho deverão incumbir-se, não apenas as autoridades

²⁹ 1252 a, 1.

³⁰ É o que vários autores contemporâneos assinalam, ao criticarem a civilização capitalista. Cf., entre outros, J. K. Gibson-Graham, *Postcapitalist Politics*, University of Minnesota Press, Minneapolis e Londres, 2006; Michael Albert, *Parecon: Life After Capitalism*, AK Press, Oakland, 2000; Jean-Luis Laville, *Politique de l'association*, Paris (Seuil), 2010.

governamentais, mas o conjunto dos líderes comunitários, sem distinções culturais de qualquer espécie.

Os princípios políticos fundamentais na civilização humanista

Objetivo final da organização política, na civilização humanista do futuro, deverá ser, na feliz expressão de Camões, o de estabelecer “na paz, leis iguais e constantes, que aos grandes não dêem o dos pequenos”³¹.

Para tanto, é preciso respeitar escrupulosamente os três princípios políticos fundamentais da *República*, da *Democracia* e do *Estado de Direito*.

1) A República

Para que o princípio republicano seja observado com eficiência, e tendo em vista a complexidade crescente da sociedade moderna, os Poderes Públicos devem planejar sua ação a médio e longo prazo em todos os níveis, contando sempre com a participação efetiva da comunidade dos cidadãos³².

Por outro lado, tendo em vista a crescente desigualdade de condições de vida, engendrada no decurso da civilização capitalista, o princípio republicano impõe o estabelecimento de políticas públicas destinadas a reduzi-la ao máximo. Isso implica a adoção de três medidas principais: um amplo programa de educação em todos os níveis, objetivando não ape-

³¹ *Os Lusíadas*, Canto IX, 745-746).

³² Permito-me lembrar, a esse respeito, meu artigo *Em Busca de um Remédio para a Disfunção Estrutural do Estado Contemporâneo*, composto em homenagem ao Professor Avelãs Nunes, e publicado posteriormente em *Rumo à Justiça*, Edição Saraiva (São Paulo), 2.^a ed., 2013, pp. 311 e ss.

nas transmitir conhecimentos, mas, sobretudo, formar a consciência comunitária dos cidadãos; um sistema de seguridade social, capaz de cobrir serviços de saúde pública, previdência e assistência social; um sistema tributário apto a impedir a acumulação incontrolada de fortunas privadas.

De acordo com o princípio republicano, na civilização do porvir a humanidade há de ser estruturada, sob a forma federativa, em comunidades escalonadas hierarquicamente, desde o plano local até o mundial, respeitando-se a autonomia e as diferenças culturais de todas elas. O que significa, entre outras exigências, o combate ao espírito de superioridade nacional e às pretensões de supremacia de uma religião sobre as demais.

No mesmo sentido, as empresas privadas, destinadas à produção, distribuição de bens ou prestação de serviços, deverão organizar-se sob a forma comunitária, não mais se submetendo ao predomínio incontestável dos donos do capital, mas reunindo, em posição de igualdade, todos os que nelas colaboram. Nesse sentido, a experiência cooperativista não pode deixar de ser levada em consideração.

Paralelamente, os serviços públicos — vale dizer, os serviços em benefício do povo —, deverão ser exercidos pelos órgãos estatais com a obrigatória participação popular, em sua execução e fiscalização.

Por fim, em um autêntico regime republicano, especial atenção deve ser dada aos bens considerados indispensáveis a todos os membros da coletividade — seja ela local, nacional, regional ou mundial —, bem como à preservação do equilíbrio ecológico. Trata-se, pela sua própria natureza e condição, de bens comuns a todos (públicos, no sentido etimológico da palavra), insuscetíveis, portanto, de apropriação privada, e que devem ser administrados pelos Poderes instituídos, com a necessária supervisão de representantes da comunidade.

2) O princípio democrático

No concernente à titularidade do poder político, importa distinguir entre as tarefas de governo e da administração, de um lado, e o exercício do poder supremo ou soberania, de outro lado. A soberania consiste no poder de decidir, com exclusividade, as questões fundamentais que dizem respeito à sobrevivência da comunidade e à consecução dos fins últimos da organização política. Ela compreende também o poder de eleger e destituir, diretamente, os principais agentes públicos, e de fiscalizar o seu desempenho.

Para que se institua um regime autenticamente democrático, é indispensável que o povo exerça diretamente — ou seja, sem a intermediação de representantes — o poder supremo de decisão. Isto implica, necessariamente, a existência dos competentes instrumentos decisórios.

Muitos desses instrumentos de decisão soberana pelo povo já foram criados e são utilizados, em vários países; tais como o referendo popular, o plebiscito, a iniciativa popular de leis, o *recall* (referendo popular revocatório de mandatos eletivos), ou a participação popular na elaboração dos projetos de lei orçamentária.

Na civilização humanista do futuro, é preciso alargar o âmbito desses institutos e criar novos.

Assim, no plano nacional, o referendo popular há de ser estendido, obrigatoriamente, à aprovação de toda Constituição nova e de suas alterações; assim como das leis que estabelecem planos plurianuais de ação governamental. É da maior conveniência, também, no processo de unificação da humanidade ora em curso, instituir o referendo obrigatório pelos diferentes povos dos tratados que fundam ou reformam uniões de Estados, bem como o referendo popular facultativo dos demais tratados internacionais.

Além disso, deve-se admitir, no plano nacional, a iniciativa popular para emendas constitucionais, e não apenas para projetos de lei.

Por outro lado, o povo deveria poder decidir, por meio de plebiscito, a adoção pelos Poderes competentes de políticas públicas que ele, povo, estime úteis ou necessárias.

Quanto ao *recall*, ele há de ser aplicado a todos os chefes de Estado ou do Poder Executivo, bem como aos parlamentares eleitos pelo sistema eleitoral de voto direto, ou aos próprios órgãos parlamentares como um todo, quando seus integrantes são eleitos pelo voto proporcional (dissolução do Parlamento).

Além disso, é da maior conveniência que se dê ao povo o direito de participar ativamente da elaboração dos orçamentos, anuais ou plurianuais; quando mais não seja, para que todos tomem consciência das particularidades locais, bem como dos problemas comuns a todos.

Na esfera internacional, ou mundial, é bem de ver que no presente século a soberania já não pode ser atribuída aos Estados, mas há de ser reconhecida doravante aos próprios povos. Assim é que, nas uniões ou federações de Estados, o exercício do supremo poder de decisão deverá passar a ser feito diretamente pelos povos.

Importa, no entanto, sublinhar que esse conjunto de instrumentos da soberania popular somente pode atuar com eficiência, quando se estabeleça um verdadeiro ambiente de comunicação social; ou seja, quando se assegure a existência de um espaço comum, onde as pessoas e os grupos sociais em todos os níveis — local, nacional, regional e mundial — possam manifestar livremente suas idéias, opiniões, protestos e aprovações. “Um governo popular, sem informação popular,” como disse James Madison, um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos, “é um prelúdio à farsa, à tragédia, ou a ambas as coisas”.

Para concretizar esse objetivo, é imprescindível estabelecer em lei as medidas adequadas. Tais seriam, por exemplo, a proibição absoluta da criação de monopólios ou oligopólios

no setor de comunicação social; a exploração de periódicos, emissoras de rádio e televisão unicamente por fundações ou associações civis sem fins lucrativos, nas quais a direção seja exercida pelos próprios jornalistas; a regulação dos programas de rádio e televisão, no sentido de se dar preferência a finalidades educativas, culturais e informativas.

Na esfera internacional, ou mundial, como acima assinalado, a soberania, atribuída desde o século XVII pela Paz de Westfália aos Estados, há de ser reconhecida doravante aos próprios povos. Em consequência, nas uniões ou federações de Estados, o exercício do supremo poder de decisão deverá ser exercido diretamente pelos povos.

3) O princípio do controle geral de poderes (Estado de Direito)

Tal princípio vincula-se, estreitamente, aos dois outros que acabam de ser examinados. Com efeito, se a finalidade última do exercício do poder político é a realização do bem comum de cada povo, ou do conjunto dos povos no plano internacional, a supervisão do exercício do poder, em todos os níveis, há de ser atribuída ao próprio povo soberano. No antigo Estado monárquico, a superintendência do poder administrativo fazia parte das prerrogativas do monarca. No regime democrático moderno, porém, e por direta pressão do poder capitalista, o povo, soberano simbólico, foi praticamente excluído de todo poder de supervisionar os órgãos do Estado.

Sem dúvida, o esquema tradicional da divisão de Poderes no interior de cada Estado — a interdependência do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, além do Ministério Público — há de permanecer. Mas o que especialmente importa para o futuro é o estabelecimento de mecanismos de controle vertical de poderes; vale dizer, a submissão de todos

os agentes públicos à fiscalização popular, com a sua consequente responsabilidade direta perante o povo.

Os instrumentos jurídicos para tanto não faltam, valendo lembrar, entre outros, a criação de *ombudsmen* ou ouvidores eleitos pelo próprio povo; ou a legitimidade reconhecida em lei a cada cidadão para a propositura de ações, cíveis ou penais, contra os membros de quaisquer órgãos do Estado, inclusive o Judiciário (as chamadas ações populares da tradição republicana de Roma).

O quadro geral de controle de competências dentro de cada Estado não se esgota, porém, sem que se estabeleçam limites jurídicos ao exercício do próprio poder soberano.

É aí que se descortina a suprema relevância do sistema mundial de direitos humanos.

Nos últimos decênios, começaram a ser afastados os dogmas da soberania estatal e do positivismo jurídico, segundo os quais os Estados não se submetem a normas que eles próprios não tenham aceito ou promulgado.

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 representou a esse respeito um grande avanço no plano internacional, ao dispor em seu Artigo 53 ser nulo “o tratado que, no momento de sua conclusão, conflita com uma norma imperativa de direito internacional geral”; entendendo-se como tal

“uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por nova norma de direito internacional geral da mesma natureza”.

É indiscutível que as normas integrantes do sistema universal de direitos humanos fazem parte dessa categoria normativa, definida na Convenção de Viena.

Ao mesmo tempo, foram sendo instituídos, após a Segunda Guerra Mundial, tribunais internacionais de direitos humanos, com competência para julgar os Estados e os agentes públicos, inclusive os mais graduados, em ações promovidas por outros Estados ou pelas pessoas vítimas de abusos.

O caminho a ser futuramente seguido, nessa direção, consiste em submeter todos os Estados a pelo menos um tribunal internacional de direitos humanos, e tornar obrigatório o cumprimento de suas decisões, sob pena de sanções.

A organização da sociedade política mundial

O movimento de unificação da humanidade encontra-se em estado já bastante avançado neste vigésimo primeiro século da era cristã, e é propriamente irreversível. Em tais condições, a organização do poder político já não pode ser confinada aos limites territoriais de cada Estado, mas deve expandir-se a toda a humanidade. Tanto mais que o enfrentamento dos grandes flagelos que ameaçam atualmente a sobrevivência da humanidade — como a degradação da biosfera, as pandemias, ou a utilização de armas químicas e nucleares nos conflitos bélicos — exige a organização de um poder não limitado pelas soberanias estatais.

Quanto ao fundamento da organização política mundial, ele não pode ser outro, senão o respeito integral ao sistema universal de direitos humanos.

No tocante às instituições de exercício do poder político mundial, elas deveriam repartir-se, segundo a experiência vivida nos diferentes Estados, em um órgão parlamentar, um órgão de planejamento, um órgão governamental e um ou mais órgãos judiciários.

O Parlamento Mundial deveria representar os diferentes povos existentes no planeta, sendo seus integrantes diretamente por eles eleitos. Na fixação do número de parlamentares,

poder-se-ia aplicar o método concebido em 1946 pelo matemático britânico Lionel Penrose, de modo a se obter uma representação proporcional à respectiva dimensão demográfica.

O órgão de planejamento mundial teria a atribuição de elaborar os diferentes planos econômicos e sociais de longo prazo, planos esses a serem executados por um Conselho Executivo mundial, cujos membros seriam escolhidos pelo Parlamento.

O Poder Judiciário Mundial teria vários órgãos, a saber: a atual Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas; o Tribunal Penal Internacional, criado pela Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, reunida em Roma em 1998; e os diferentes tribunais regionais de direitos humanos atualmente existentes. A jurisdição de todas essas Cortes de Justiça seria obrigatória, abolindo-se a absurda cláusula de reconhecimento facultativo da jurisdição.

No campo das políticas públicas mundiais, especial destaque haveria de ser dado à segurança, à comunicação e às relações econômicas.

Em matéria de segurança, dever-se-ia estabelecer um programa mundial de redução progressiva dos armamentos em todos os Estados, até a sua completa extinção, proibindo-se terminantemente o comércio internacional de armas e munições. Incumbiria tão-só à própria organização política mundial manter as Forças Armadas incumbidas de assegurar a paz e a segurança no mundo.

Quanto ao funcionamento da economia mundial, sem a existência de um poder regulatório, em especial da atividade empresarial financeira, as grandes crises, como a que teve início em 2008, dificilmente seriam evitadas; pois a preocupação exclusiva das grandes potências, bem como do conjunto das macro-empresas, consiste em defender os seus próprios interesses, sem se importar minimamente com o bem comum da humanidade.

No campo da comunicação mundial pela internet, a regulação é igualmente indispensável. Atualmente, a gerência dos endereços eletrônicos, em todos os países, é feita pela Ican, uma entidade privada que atua sob a supervisão do governo norte-americano. Ou seja, os Estados Unidos possuem, na prática, um poder de espionagem mundial através da rede internet, como acaba de ser revelado. Por outro lado, em países de tradição autoritária, o Estado não se inibe de censurar abertamente as mensagens dos particulares.

Conclusão

O conjunto de ideias e sugestões que acaba de ser apresentado parecerá simplesmente utópico para uns, ou mera fantasia intelectual para outros.

De minha parte, no entanto, continuo a crer, como já sucedeu tantas vezes na História, que a utopia de hoje nada mais é do que a realidade de amanhã.

Resumo: Durante milênios, em todas as civilizações, a legitimidade do poder político fundou-se na tradição religiosa. Tudo começou a mudar a partir da Baixa Idade Média, quando nasceu aquela que iria tornar-se a primeira civilização mundial da História: o capitalismo. Os traços fundamentais da mentalidade coletiva dessa nova civilização são a busca do próprio interesse material enquanto finalidade última da vida, o individualismo e a predominância da vida privada sobre a pública. Quanto ao poder político, o capitalismo instaurou um regime dúplice: a dominação dos potentados privados sempre permaneceu oculta ou dissimulada, com a adoção de um regime oficial de mera aparência; o que significou a distorção efetiva dos princípios da República, da Democracia e do Estado de Direito.

Na futura civilização pós-capitalista, cujos contornos começam a se concretizar, a mentalidade coletiva deverá ser comunitária, superando-se todos os nacionalismos e exclusivismos religiosos. Quanto ao poder político, ele haverá de respeitar os princípios fundamentais da República, isto é, a supremacia do bem comum coletivo sobre o interesse particular de indivíduos ou grupos sociais; da Democracia, com a efetivação de uma

autêntica soberania popular; e do Estado de Direito, instituindo-se um sistema de controle eficaz de todos os órgãos de poder, inclusive do titular do poder supremo.

Palavras-chave: capitalismo; poder político; mentalidade coletiva; civilização capitalista; república; democracia; estado de direito.

Political Power and Capitalism

Abstract: For millennia, in all civilizations, the legitimacy of political power was based on religious tradition. In the Low Middle Ages emerged the civilization which would become the first global one in History: capitalism. The core features of this new civilization's collective mentality are the pursuit of one's own material interest as the ultimate purpose of life, individualism and the pre-eminence of private life over the public one. As for political power, capitalism established a dual system: the dominance of private potentates always remained hidden or dissimulated with the adoption of an official regime based on preserving appearance; which produced an effective distortion of the core principles of the Republic, Democracy and the Rule of Law.

In the future post-capitalist civilization, whose traits are beginning to take shape, social mentality shall be communitarian, transcending all nationalisms and religious exclusiveness. As for political power, it shall respect the fundamental principles of the Republic, *i.e.* the supremacy of common good over the private interest of individuals or social groups; Democracy, with the instauration of an effective popular sovereignty; and the Rule of Law, with the instauration of an effective control system of all authorities, including the holder of supreme power.

Keywords: capitalism; political power; collective mentality; capitalist civilization; republic; democracy; rule of law.

Fábio Konder Comparato

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — Brasil